



A GEOGRAFIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS FALAM SOBRE RAÇA

Natália Farias de Barros ¹

RESUMO

O presente trabalho visa destacar a ideia de raça presente em livros didáticos de Geografia da Primeira República, analisando o impacto do pensamento racista em voga ao final do século XIX e início do século XX, articulando explicativas biológicas e geográficas a problemas de desenvolvimento e progresso nacional. Como resultado de uma pesquisa de dissertação este artigo é estruturado a partir da análise de um dos cinco livros didáticos pesquisados, visando apresentar um delineamento acerca do impacto dos conhecimentos geográficos do período. Concentro os esforços para salientar na obra *Elementos de Chorographia do Brasil* de 1910 do autor Henrique Martins sinuosidades que esboçam um fragmento relevante acerca da história da disciplina e da discussão identitária brasileira. Através de Césaire (1978), Carvalho (1990), Schwarcz (1993, 2012), Silva (2012), Machado (2014), Cirqueira (2015) e Bonfim (2017), me embaso para pensar a tríade que estrutura as análises aqui desejadas, são elas: ensino de geografia, primeira república e raça. Os livros didáticos, sendo assim, reproduziram e encaminham máximas racistas que justificaram a escravidão e a exploração do sujeito negro pelo branco através de argumentos embasados em conhecimentos tidos enquanto geográficos, como, por exemplo, a condição climática, assim, desvinculando o conhecimento da realidade histórica.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Raça, Livro Didático, Primeira República.

ABSTRACT

The present work aims to highlight the idea of race present in Geography textbooks of the First Republic, analyzing the impact of racist thinking in vogue at the end of the 19th century and beginning of the 20th century, articulating biological and geographical explanations to problems of development and national progress. As a result of dissertation research, this article is structured based on the analysis of one of the five textbooks researched, aiming to present an outline of the impact of geographic knowledge of the period. I concentrate my efforts to highlight in the 1910 work *Elementos de Chorographia do Brasil* by author Henrique Martins, sinuosities that outline a relevant fragment about the history of the discipline and the Brazilian identity discussion. Through Césaire (1978), Carvalho (1990), Schwarcz (1993, 2012), Silva (2012), Machado (2014), Cirqueira (2015) and Bonfim (2017), I base myself on thinking about the triad that structures the analyzes here desired, they are: teaching geography, first republic and race. The textbooks, therefore, reproduced and forwarded racist maxims that justified slavery and the exploitation of black subjects by whites through arguments based on knowledge considered geographic, such as, for example, the climatic condition, thus, decoupling knowledge from historical reality.

Keywords: Teaching Geography, Race, Textbook, First Republic.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás- UFG, natalia.barros@discente.ufg.br;

O ensino de Geografia no Brasil percorre uma história longa, através de perspectivas de pesquisas que investigam e tencionam a História da Disciplina, levantamentos apontam que a mesma tem um marco temporal a partir do século XIX, estando presente de maneira sistematizada nos currículos que orientavam os conteúdos à serem ensinados (SILVA, 2012; ANGELO, 2014), assim como, percorriam os bancos escolares através dos livros didáticos escritos por professores renomados e reconhecidos nacionalmente. A Geografia, portanto, vai se solidificando através da Escola, tendo em vista, a sua relevância social e política para uma nação que estava sendo formulada através da necessidade de uma estruturação de sociedade que aglutinava contradições expressivas, no contexto histórico dos primeiros anos da República (MACHADO, 2014; SCHWARCZ, 2012). O território brasileiro, portanto, era compreendido enquanto uma espacialidade de disputas entre grupos que historicamente foram distanciados e diferenciados pelo empreendimento colonial, assim, através de uma fronteira simbólica e material localizando uns em um lado de privilégios e tantos outros no lado da violência, marginalização, segregação e estereotipização (CÉSAR, 1978).

Tal estruturação estava fincada sobre bases políticas que formulava arranjos nacionais através da máxima da “Ordem e do Progresso” que, no período da Primeira República (1889-1930), efervescia politicamente ao passo que as diferenças se cruzavam nos espaços públicos e privados (CARVALHO, 1990). A alteridade, portanto, era instaurada enquanto problemática central, uma vez que, o Outro colonizado já não era mais regido pelas leis da escravidão, chegando, assim, ao cotidiano dos colonos brancos ocupando outros lugares, fossem eles: comércio, escolas, partidos políticos, entre outros. O corpo negro no contexto pós-abolição, assim, precisava ser lido, inscrito e cristalizado enquanto “o problema à modernização” do Brasil e, foi feito, através variadas esferas políticas e intelectuais, entre alguns delas: Congresso Universal de Raças (1911), Conferência sobre Eugenia: Pró Eugenismo (1913), Congresso Brasileiro de Proteção Infância (1922), Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), Boletim de Eugenia (1929-1932) (BONFIM, 2017).

Nesse sentido essa pesquisa partiu da intenção de investigar as sinuosidades acerca da enunciação de ideias racialistas presentes nos livros didáticos de Geografia, escritos, produzidos e reeditados à nível nacional no período de intensas e violentas transformações que estavam em sistematização nos momentos iniciais da república (SCHWARCTZ, 1993). Para a construção dessa investigação, à nível da discussão elaborada na dissertação, foram selecionados cinco livros didáticos que datam de 190- até 1938. Contudo, para construir enfoque e problematização mais sistemáticas pretendo aqui me debruçar e apresentar em um compêndio, por meio de um

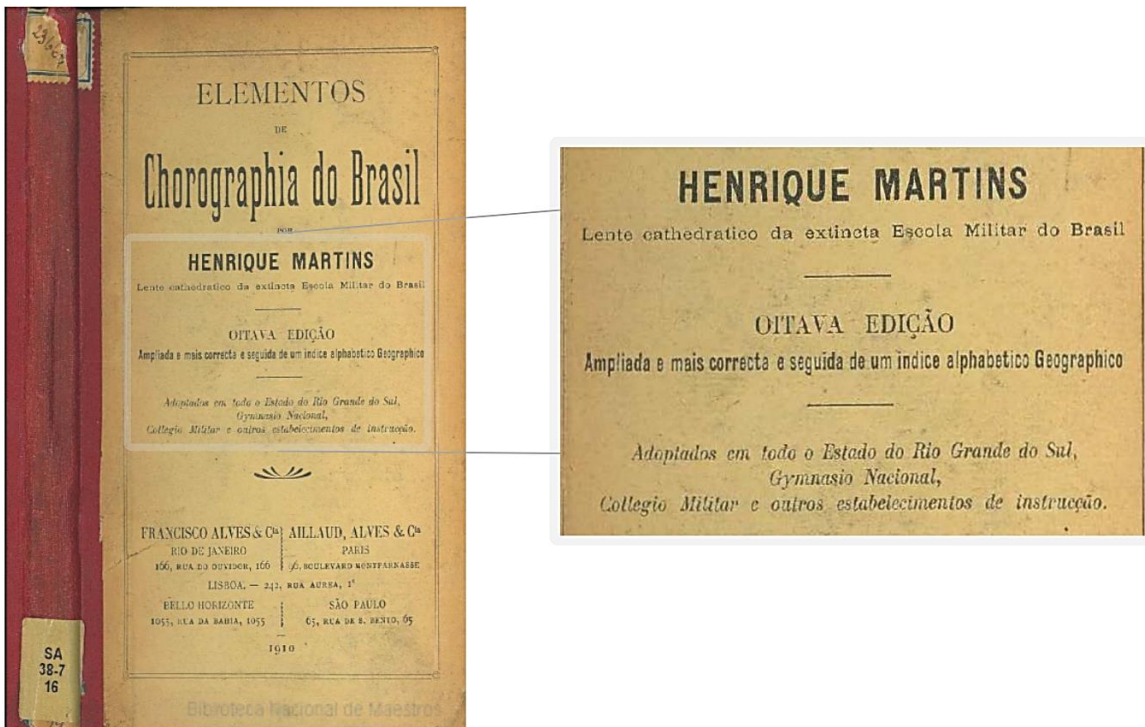
trecho específico, que salienta e delinea características de um discurso racista embasado em explicativas geográficas, o título do livro didático é: *Elementos de Chorographia do Brasil*, do autor Henrique Martins, em sua oitava edição datado de 1910 e publicado pela editora Francisco Alves.

METODOLOGIA

Encaminhando a discussão que aqui pretendo traçar à respeito da racialidade presente no Ensino de Geografia no período da Primeira República, através do fragmento contido no livro didático do professor sul-rio-grandense Martins (1910), formulei um percurso metodológico que me possibilitou compreender e aprofundar a análise sobre o compêndio, o entendendo enquanto fonte e objeto de pesquisa sendo, portanto, “importante documento para o estudo das disciplinas escolares” (ANGELO, 2014, p. 21). Se faz relevante destacar que para contemplar a análise acerca do título *Chorographia do Brasil* foi inicialmente necessário versar sobre 3 etapas para posteriormente alcançar e desenvolver a análise acerca do objeto. As 3 etapas foram as seguintes: (i) levantamento bibliográfico² e documental acerca dos livros didáticos que apresentavam ao longo dos capítulos conteúdos que conceitualizavam raça, etnias e/ou grupos étnicos no Brasil; (ii) elaboração do recorte histórico temporal à ser investigado e (iii) sistematização dos referenciais etnográficos, antropológicos, médicos, jurídicos da Primeira República interseccionando com os conteúdos dos livros didáticos. Após percorrer esses três momentos o levantamento dos livros didáticos foi sendo estruturado e caracterizado, elaborando, assim, um acervo de 5 livros didático. Pensando em um recorte de publicação que tinha reprodução nacional elenquei o livro na temporalidade pesquisada, sendo a oitava edição de *Chorographia do Brasil* de Henrique Martins, através deste pude analisar seus conteúdos, a sua estrutura, a história do autor e da editora da obra. Aqui, irei versar com maior profundidade sobre os conteúdos, para assim apresentar o fragmento textual do referido livro que demarca a perspectiva racista (**Figura 01**).

² Referente a atividade de levantamento bibliográfico foi consultado, no ano de 2020, o acervo do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES - João Pessoa).

Figura 01 – Capa do compêndio *Corographia do Brasil* de Henrique Martins com destaque a apresentação do autor, edição e implementação.



Fonte: organização da autora adaptado de Henrique Martins (1910).

O compêndio *Corographia do Brasil* é composto por 221 páginas, sendo as finais, referentes ao índice geral e índice alfabético e os conteúdos geográficos estão estruturados em duas partes: (I) descrição física e política; (II) descrição dos Estados. O livro é direcionado para o grau de “gymnasio” e se encontrava em sua oitava edição, sendo lançado pela editora Francisco Alves. Como presente na capa, (**Figura 01**) o livro foi adotado por escolas reconhecidas, assim, agregando valor e autoridade na esfera educacional, valor este que estava correlacionado com a própria figura do autor, que à época era reconhecido pela sua carreira militar e popular no seu estado natal, Rio Grande do Sul. Também devido a suas cinco publicações didáticas anteriores ao título analisado, tal série traça um histórico que consolida Martins no meio editorial de livros didáticos (SILVA, 2012). No que tange a editora que Martins majoritariamente publica suas obras, a Francisco Alves, a mesma, já possuía renome no mercado editorial desde a segunda metade do século XIX, mas foi ao final do século que a editora ganhou espaço e público no Brasil, como pontua Hallewell

[...] Os livros didáticos constituem uma linha de vendas segura e permanente, além de proporcionar ao editor nacional uma vantagem sobre os competidores estrangeiros, cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem as condições ou aos currículos locais. [...] A mudança do regime, em novembro de 1889, foi outro fator importante, pois a nova República, seguindo, na educação como em tantas outras coisas, o modelo dos Estados Unidos procurou substituir a herança educacional elitista do Brasil por um sistema moldando a escola pública ianque. Simplesmente,

em termos de crescimento, os números [...] são impressionantes, porém mais importantes para o mercado de livros didáticos foram os grandes progressos nos métodos educacionais. (HALLEWELL, 2012, p. 313-315)

Dentre os cinco compêndios que foram mobilizados na pesquisa de dissertação quatro foram publicados pela Francisco Alves e os autores das outras obras também possuíam a recorrência de lançar seus trabalhos junto a editora (BARROS, 2022, p. 118).

A compreensão acerca das obras didáticas e de suas máximas racialistas não implica diretamente a tese de que a editora veiculava de modo direcionado esse conteúdo, compreendo que dado o momento histórico seria um tanto reducionista analisar o fenômeno partindo apenas de um recorte analítico, os livros didáticos de Geografia. Como Hallewell (2012) apresenta muitas obras de literatos renomados eram publicadas pela editora, como de: Euclides da Cunha, Lima Barreto, Rui Barbosa, José Veríssimo, entre outros. No entanto o que há neste momento é uma avalanche de produções que se embasam em teorias deterministas, galtonianas e higienistas, assim, fazendo jus a tal momento, a editora é, portanto, um espelho da massiva produção racialista da época.

É neste sentido que ao analisar o *Corographia do Brasil* trechos me despertaram a atenção no referente a apresentação e contextualização do conteúdo intitulado: “Descrição política/ grupos ethnographicos”, nesta seção do livro o autor apresenta as impressões e conceitualizações à respeito da raça negra e de sua participação na economia brasileira através dos trabalhos na lavoura, como presente no trecho:

A raça negra de origem africana, e introduzida no Brasil, como escrava, por sua robustez, sobriedade e por ser oriunda de climas ardentes da África, foi empregada desde logo especialmente nos serviços da lavoura. Por esse fato ella, concentrou-se particularmente em certas zonas, como S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (MARTINS, 1910, p.26-27).

Me debruço sobre este recorte para formular a análise pretendida neste trabalho, tendo em vista, que o autor salienta a sua compreensão acerca da experiência do negro no Brasil através de marcas que coadunam o discurso geográfico ao desenvolvimento econômico, tanto no sentido da localização geográfica quanto na acentuação à respeito da condição climática. Ao tentar elaborar mecanismos de analisar o texto e o conteúdo que ele enuncia eu desenvolvo um título que sutura a ideia do que vai sendo formulado ao longo do compêndio pelo autor, esse trecho categorizo enquanto “argumento da escravidão”. Tal designação visa emergir com a ideia central da argumentação apresentada por Martins, ao elaborar que “a raça negra” devido as suas características humanas e geográficas pôde e foi escravizada, dando sentido, portanto, a uma justificativa plausível, tendo em vista que a condição desses sujeitos é que elaborou o

destino escravagista. A estrutura reflexiva elaborada na sentença, portanto, lança luz e coloca à centralidade a ideia de que há uma natureza distinta que facilita e concede meios para que um grupo humano, por sua essência diferente, seja colocado em uma condição de trabalho extrema, uma vez que sua “natureza” tanto geográfica, quanto humana, é extrema por si só, com ou sem a figura do homem branco (MACHADO, 2014).

Para aprofundar a discussão do trecho sinalizado sublinho a referência bibliográfica apresentada por Martins referente ao trabalho de recenseamento através de expedição, do etnógrafo e militar Couto Magalhães, tendo em vista que o mesmo utilizou em seu cálculo referente a população brasileira o número de aproximadamente “1 milhão de selvagens” (MARTINS, 1910, p. 26), dado relevante que foi exposto na obra.

O nome de Couto Magalhães é destaque uma vez que a citação de autores concebidos enquanto “ilustres” do meio educacional, político, científico e literário é atípica na composição dos livros didáticos de Geografia deste período, neste caso em particular, Martins apresenta a referência de modo que sedimenta a sua discussão acerca da população do Brasil e que posteriormente traz contribuições a composição etnográfica através dos caracteres que compõem o Brasil, como presente no trecho

Não há dados seguros para se calcular a população do Brasil. Tomando-se por base e recenseamento defeituoso de 1872 que computou 9.930.478 habitantes, com exclusão dos selvagens cujo número foi calculada em 1 milhão pelo general Couto de Magalhães, e o de 1900 podemos avaliar a população actual, aproximadamente, em 24 milhões de habitantes[...] (MARTINS, 1910, p.26).

Tal referência, por mais sucinta que seja, traz uma camada de complexidade a mais para a obra tendo em vista sua escassez nos outros compêndios analisados durante a escrita da dissertação. O trabalho que o autor do livro didático destaca de Magalhães é a respeito de um levantamento apresentado na obra O Selvagem de 1874, que divulga o recenseamento incluído “o personagem que nomeia a obra”, como destaca. Martins se preocupa com os dados populacionais pois apresenta ao longo do livro a composição etnográfica e os caracteres que compõem o Brasil, nesse percurso alcança a sedimenta a ideia dos quatro tipos, são eles: “indígenas, brancos de origem europeia, negros e mestiços” (MARTINS, 1910, p.26). Dentre tais, os últimos, segundo o autor, apresentam maior expressão no território nacional, são o resultado do processo de miscigenação de negros com brancos e indígenas com brancos, sendo assim, nessa exposição o caractere branco é conformado enquanto personagem central da identidade nacional, visando embranquecer e higienizar o território nacional, em sua parcela social e cultural (BANTON, 1977; SCHWARCZ, 1993).

Para apresentar as acepções que o trecho apontado apresenta vou mergulhar em referenciais teóricos que discutem identidade nacional, raça e educação, tentando através desses intelectuais construir uma análise que coadune sentido e significação acerca das estruturas racialistas que grafam no escrito de Martins uma Geografia determinista, essencialista e racista (CIRQUEIRA, 2015). Como falei na introdução deste presente trabalho as observações, traçadas sobre o trecho do livro didático, são resultado de um trabalho maior e mais detalhado sobre compêndios escolares de Geografia e se aprofundar nesta pesquisa é uma possibilidade de compreender outros meandros que aqui, devido ao limite de estrutura, não puderam ser traçados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ideia de desenvolvimento tomava conta da narrativa nacional de modo intenso e urgente, através de modelos como França e Estados Unidos da América, a perspectiva de construir uma nação de oportunidades através daqueles que tinham interesse, força e robustez era a saída de um país calcado em exploração, interesse, ganância e violência, muita violência. Era a saída para uma nova entrada, as portas para um momento novo que prenunciava “ordem e progresso”, a recém República era uma promessa para o novo, para uma sociedade sem vícios que, nesse novo momento liberta dos grilhões da escravidão só poderiam galgar a civilidade (SCHWARCZ, 2012). Para impulsionar toda essa narrativa, que aos poucos se desfazia através da incontestável realidade que expressava a contradição gritante da relação entre sujeitos brancos e negros no Brasil recém livre, os discursos “pseudocientíficos” ganharam ainda mais força e sistematização nos espaços escolares e acadêmicos, a ideia de raça (BANTON, 1977) ia sendo reconstruída através da realidade miscigenada brasileira e escapatórias a degeneração nacional precisavam ser incorporadas ao contexto social dos então “cidadãos”, como Machado (2014, p.310) cita “essa foi a porta de entrada para as ideologias científicas que dominaram o cenário intelectual da época, no sentido de estabelecer um divisor de água entre o Brasil colonial e o Brasil ‘moderno’”.

A Geografia, neste sentido, era mobilizada para decodificar esse problema e propor um entendimento “à brasileira” que apresentasse os tipos etnográficos, seus perfis, suas diferenças e com maior enfoque suas qualidades, no entanto acerca dessa última características só havia um tipo que coadunava a mais expressiva quantidade de habilidades que condiziam com a nação (CIRQUEIRA, 2015). Naquele momento buscando a modernização se procurava ensinar aos cidadãos habilidades intelectuais, cuidados com o corpo e a higiene e bons modos,

ensinamentos estes que estavam filosoficamente e biologicamente distantes do corpo negro e indígena, mas próximos e natos no corpo do homem branco (REBELO, 2007; BONFIM, 2017). Portanto o projeto nacional é desenhado sobre um projeto de branqueamento da população brasileira, uma vez que o futuro se mostrava civilizado através de leis genéticas e evolucionistas afirmando que com a miscigenação a prevalência era do gene mais forte, sendo este, assim, do homem branco (SATOS, 2008).

Martins, um intelectual da Geografia, interpretou tais referências e discursos racialistas em voga para sua obra didática apresentando pontos que construía ao longo do livro uma compreensão forjada na observação das diferenças raciais no Brasil e de explicativas “lógicas” para a utilização do braço negro na estrutura econômica brasileira. Com um tom moderado e “racional” o autor expõe uma ideia que caminha entre a história do território e da economia nacional, conformando o sequestro de africanos, uma vez que o clima e as aptidões físicas justificam por si só a razão de ser da escravidão. A distorção que é criada e fabulada nesse parágrafo de Martins emana a razão colonialista (CÉSAIRE, 1978; CARDOSO, 2014) e impõe uma mentira enquanto fato, assentando a Geografia como argumentação científica para a exploração da população branca sobre a população negra, em uma lógica natural, o meio “marca” os africanos e diante disto os brancos (europeus ou não) naturalmente lidam e trabalham com essa realidade usufruindo de tal condição. A cor da pele está ligada à condição climática, outro fator que compõe o marcador das diferenças raciais e é cristalizado enquanto sinônimo da aridez e brutalidade do meio, “queimados do sol” vem da etimologia etíope, evidenciando a degeneração física através do meio (BETHENCOURT, 2018, p. 24).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui me ateno a citar que o trabalho árduo tracejado por autores de livros didáticos da Geografia na Primeira República acarretou o ensinamento sobre uma forma de olhar o país que sentenciava a diferença racial a desvalorização e atraso e que erradica do vocabulário “cidadania” o corpo preto, uma vez a geografia ensinou que negros só haviam do lado de “lá” do Atlântico. A falta de compreensão e entendimento de meandros que foram distorcidos e/ou apagados nos conhecimentos geográficos impediram sistematicamente de a população brasileira ter uma leitura mais complexa acerca da diversidade racial e das implicações que isso significa para uma população que foi raptada de seu continente de origem, sentenciada a vida longe de qualquer referencial familiar e seus corpos objetificados (BARROS, 2022).

Entre as possibilidades de apresentação do Brasil e de seus povos o livro *Corographia do Brasil* salienta e delinea um horizonte que proclama o passado escravagista enquanto oportunidade e lança ao futuro a imagem de conformação da população negra a exploração e aos brancos a naturalidade do que pode ser feito diante de uma condição geográfica básica. O território muda, mas com ele permanece o sinônimo entre corpo negro e objeto, uma vez que a experiência da colonização, não se desvincula da ideia de nação mesmo após a Abolição da Escravidão (1888) ou a Proclamação da República (1889), o ensino de Geografia contribui para esse cenário.

Excluir essa história foi um ato político e intencional, uma vez que houve lucro e privilégios obtidos através da reprodução dessa lógica, conduzindo, assim, uma parcela da sociedade a permanecer alicerçada nos ideias nacionais racistas e justificando suas intenções através das, então, socializadas e difundidas máximas “pseudocientíficas” e do pensamento geográfico, como cita Machado (2014, p. 310), que de fato “esteve presente nos debate sobre a natureza físico-climática do território e adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes e, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação do povo brasileiro”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de destacar com este trabalho a relevância e urgência de se pesquisar com a História da Disciplina (ALBUQUERQUE, 2011), uma vez que, para transmutar as bases arcaicas, retrógradas e racistas as quais formularam a sociedade brasileira, e por sua vez a Educação Institucional é preciso compreender e enxergar que a Geografia foi formulada e sedimentada enquanto uma ciência através de bases ideológicas e políticas, com nomes e corpos bem demarcados. Há, nesse sentido, meandros e hiatos que nos sinalizam para fatores e circunstâncias que até hoje são caras à nós pesquisadores e professores que mobilizamos e somos mobilizados pelos saberes geográficos. Retornar as fontes com um olhar outro, meticuloso, audacioso, inquietante e indagador pode nos fornecer orientações para compreender tal disciplina de forma mais crítica, visualizando suas contradições históricas, assim, orientando práticas antirracistas na Escola e na Universidade. Descortinar a história da disciplina no território nacional emerge com possibilidades de entender seus entraves e construir outras formas de se ensinar sobre o espaço geográfico que possibilite e construa margens para o questionamento, a dúvida e a inquietação para a banalidade da realidade social que vivemos.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**: Rev. Bras. Educ. Geog., Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez., 2011.

ANGELO, Maria Deusia Lima. **Livros Didáticos de Geografia e seus autores**: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: Das Cruzadas ao século XX. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar**: uma história da eugenia no Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

CARDOSO, Edson Lopes. **Memória do Movimento Negro um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930) In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: concei20tos e temas. 16 e.d. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MARTINS, Henrique. **Corographia do Brasil**. 8ªe.d. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. **Filosofia e História da Biologia**, v. 2, n. 1, p. 159-177, 2007.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita!** E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Khel (1917-37). PPGH. Universidade Federal Fluminense. 2008



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

_____, Lilian Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SILVA, Jeane Medeiros. **A bibliografia didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...)**. Tese – Universidade Federal de Uberlândia. PPGG, 2012.